**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA DME
POÇOS DE CALDAS**

**FIBERX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE
TELECOMUNICACOES LTDA**, representante do Consórcio **FIBERX/DMS/AMC**, já devidamente qualificado no Processo Licitatório nº 001/2022, Processo Administrativo 016/2022, em conformidade com o art. 109, inciso I, da Lei nº 8.666/93, vem, mui respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, por sua procuradora infrafirmada, para, tempestivamente, interpor,

RECURSO, contra decisão que desclassificou a Recorrente no

**PROCESSO LICITATÓRIO, PROMOVIDO PELA DME POÇOS DE
CALDAS**, nos seguintes termos:

PRELIMINARMENTE

Tempestividade

A Recorrente foi intimada para apresentação de Recurso em 16/09/2022.

Logo, o prazo para interposição do presente é de 5 (cinco) dias úteis, conforme art. 109, I da Lei 8.666/93, iniciando-se em 19/09/2022 e encerrando-se em 23/09/2022, razão pela qual esse Recurso, a toda evidência, está sendo interposto tempestivamente.

DOS FATOS

Em 29/03/2022 foi publicado o Edital de licitação na modalidade Concorrência, pela DME Poços de Caldas, do tipo Menor Preço, com a data de abertura agendada para o dia 16/09/2022 a partir das 09h, tendo como objeto a contratação de empresa especializada, para elaboração de projeto executivo, construção e operação de Usina Fotovoltaica (UFV), com potência nominal de 5MW CA no município de Poços de Caldas - MG, a qual funcionará na modalidade Geração Distribuída – GD, dentro da área de concessão da DME Distribuição S.A., conforme Projeto Básico (Anexo II) e demais anexos do presente edital.

No dia e local designados no Edital, a Recorrente compareceu presencialmente, para participação no processo supracitado, sendo a única licitante inscrita para concorrer no aludido certame.

Abertas as propostas, verificou-se que o preço global estava abaixo do valor de referência, porém, o preço unitário dos itens 3.5.1, 3.6.1, 3.9.1, 3.10.1, 3.11.1, 3.16.2, 3.16.6, 3.17.1 e 3.19.1 ficaram acima do valor máximo aceitável, Conforme Anexo VII do Edital.

Diante disso, a Recorrida solicitou à Recorrente que ajustasse os preços de acordo com os limites estabelecidos pelo Edital, sendo concedido até o dia 16/09 às 13 horas para apresentação de nova proposta.

Na data marcada, a Recorrente apresentou nova proposta, equilibrando seus preços e respeitando tanto a previsão dos valores unitários como do valor global.

Porém, para a sua surpresa, a Recorrida não aceitou e desclassificou a proposta da Recorrente, nos seguintes termos:

"Após análise minuciosa da proposta ajustada, foi verificado que na planilha de preços unitários os itens citados anteriormente foram ajustados para ficarem dentro do preço máximo aceitável e o preço global inicialmente ofertado não foi alterado. Porém foi realizado ajuste em outros que compõem a planilha do preço. Segundo orientação jurídica, essa alteração não poderia ter sido realizada, e sim apenas alteração nos itens acima do preço máximo aceitável."

Ora Senhorias, o solicitado foi ajustar os preços para que ficassem dentro dos valores referência, o que fora devidamente cumprido; e não baixar o valor global da proposta.

Inobstante a Recorrida ter seguido orientação do seu departamento jurídico, no Edital consta apenas uma possibilidade de desclassificação, de acordo com o item 1.2. ii e 2 onde dispõem que:

"1.2.A proponente não poderá compor os preços dos itens de forma a ultrapassar:

i) os preços unitários máximos de cada item (relacionados na coluna de VALOR UNITÁRIO) da planilha acima – “ACEITABILIDADE PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS (R\$)”;

ii) O VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL de R\$ R\$ 31.409.658,58 (trinta e um milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), **sob pena de desclassificação de sua proposta.**”

“2. DO CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1. Atenção fornecedor, **o critério de classificação desta licitação é MENOR VALOR GLOBAL**”

Com todo respeito ao Ilmo. Departamento Jurídico consultivo do órgão licitante, qualquer que tenha sido a sua orientação, não tem o condão de desclassificar nenhum licitante, haja vista que os critérios de desclassificação já foram estabelecidos pelo Edital.

Não bastasse isso, importante lembrar que, para validade da decisão de desclassificação da proposta da Recorrente, esta deveria ter sido precedida de justificativa fundamentada, o que não ocorreu no caso em tela, desta forma, afrontando expressamente os princípios da motivação e razoabilidade.

Vale mencionar ainda que, a proposta apresentada pela Recorrente era tão vantajosa que estava quase quatro milhões de reais abaixo do valor global máximo aceitável no certame, senão vejamos:

Valor global máximo – R\$ 31.409.658,58 (trinta e um milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos)

Proposta da Recorrente – R\$27.780.887,20 (vinte e sete milhões, setecentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)

Diferença – R\$ 3.628.771,38 (três milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos)

Além do mais, necessário esclarecer que a Recorrente era a ÚNICA licitante participando desse processo devido a complexidade do objeto e as condições apresentadas no Edital.

Portanto, caso a desclassificação seja mantida, será necessário a realização de novo processo, onerando mais ainda o órgão público e sujeito a outro fracasso por ausência de licitantes.

DO DIREITO

A Recorrente preencheu todas as exigências contidas no Edital, apresentando proposta dentro dos parâmetros estabelecidos, obedecendo rigorosamente o valor global máximo e ajustando a sua proposta para que fosse compatível com valor unitário limite.

O Edital não trouxe nenhuma regra acerca desse “ajuste” de preços, apenas determinou os limites dos valores que poderiam ser praticados, desta forma, não havendo que se falar em qualquer tipo de proibição em relação à ajustes de preços via compensação.

Ressalta-se que o critério utilizado para a desclassificação da Recorrente não estava previsto no Edital e nem a Recorrida apresentou os motivos pelos quais a proposta da Recorrente foi desclassificada ou qual regra foi infringida.

De acordo com os ensinamentos do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de direito administrativo, 5 ed., São Paulo : Malheiros, 1994, pp. 271 e 272 :

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como aliás, está consignado no art. 41 da lei 8.666.”

Seguem no mesmo sentido os ensinamentos do eminente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Antonio Roque Citadini, Comentários e jurisprudência sobre a lei de licitações públicas, 2. ed – São Paulo: Editora Max Limonad. 1997, pp 319:

“Como afirmado, a primeira verificação diz respeito à conformidade das propostas com o ato convocatório, não podendo a Administração se afastar das condições e exigências que fez, igualmente a todos quanto se interessassem. Não pode, por isso, inovar ou mudar, quer acrescentando, quer diminuindo aquelas exigências. Disto resulta o especial cuidado na elaboração do ato de convocação, o qual não pode ter redação ambígua, que impeça sua correta interpretação, pois, só é aceitável a desclassificação por motivo relevante, do qual se possa, com clareza, demonstrar a afronta a requisito objetivo do ato convocatório.”

Assim sendo, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade

das determinações habilitatórias impondo à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva.

O art. 41 da Lei 8.666/93 é claro ao dispor que:

“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Destarte, a Administração não pode descumprir as normas e condições previstas no edital, ao qual se acha estritamente vinculada, sendo unânimes as decisões judiciais sobre o tema:

*“ADMINISTRATIVO. VESTIBULAR. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. A jurisprudência é no sentido de que o **edital é a lei do concurso, cujas regras vinculam tanto a Administração quanto os candidatos**, ou seja, o procedimento do vestibular é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital.”* (TRF-4 - AC: 50180168020154047100 RS 5018016-80.2015.404.7100, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 22/03/2016, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 22/03/2016)

*“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES. **O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias**, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório.”* (TRF-4 - AC: 50041791220164047200 SC 5004179-12.2016.4.04.7200, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 22/03/2016, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 22/03/2016)

AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 22/11/2017, QUARTA TURMA)

“ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. **A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente,** sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido.” (TRF-4 - AG: 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000, Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA, Data de Julgamento: 20/08/2014, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 21/08/2014)

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ILEGALIDADES NO PROCESSO LICITATÓRIO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EDITAL DE LICITAÇÃO E CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO EXIGIDO PELA NORMA DISCIPLINADORA DO CERTAME. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. 1. Hipótese em que o Tribunal local consignou (fls. 893-894, e-STJ): “Note-se, tanto a Lei n.º 8.666/93 quanto o edital não determinam nova expedição de certidão. A exigência contida no edital visa validar a certidão apresentada, isto é, verificar a sua autenticidade e

não a expedição de outro documento. (...)

Outrossim, a Administração e os interessados em participar da concorrência pública têm o dever de respeitar o que ficou consignado no edital, nada lhe acrescentando ou excluindo. No caso em testilha, reitera-se, a Comissão Especial de Licitação da SABESP incluiu, posteriormente, documento que deveria ser juntado, como o foi, no envelope de documentos para habilitação e adotou expediente não contemplado no instrumento convocatório, em violação aos princípios que norteiam a licitação, como o da vinculação ao edital e ampla concorrência". 2. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF. 3. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de ser o edital a lei interna do concurso público, vinculando não apenas os candidatos, mas também a própria Administração, com regras dirigidas à observância do princípio da igualdade. (AgInt no RMS 50.936/BA, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 25.10.2016). 5. Para contrariar o estatuído pelo Tribunal a quo, acatando os argumentos da parte recorrente, seria necessário examinar as regras contidas no edital, bem como o contexto fático-probatório dos autos, o que é impossível no Recurso Especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ. 6. Nos termos do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, é facultado à

comissão licitatória, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao edital. 7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (STJ - REsp: 1717180 SP 2017/0285130-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 13/03/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/11/2018)

Diante disso, faz-se mister que a Administração Pública respeite às regras do Edital e abstenha-se de legislar por conta própria criando novos critérios de desclassificação.

Outro ponto que merece especial atenção no presente caso é a ausência de motivação fundamentada por parte da Recorrida que se limitou a informar que seguiu orientação do jurídico.

A motivação dos atos administrativos constitui-se em princípio basilar da Administração Pública, sendo por meio dela que o administrado compreende as razões (fática e jurídicas) que culminaram na prática do ato administrativo.

Segundo Matheus Carvalho:

"Ainda em relação ao dever de motivação dos atos administrativos, alguns doutrinadores defendem a obrigatoriedade de motivação somente para os atos administrativos vinculados [...]. Por sua vez, os atos discricionários não teriam esta necessidade de motivação [...]. Este

entendimento não deve prosperar sendo a motivação obrigatória em ambas as situações."

A lei 9.784/99, impõe a motivação de seus autos como princípio de observância obrigatória para a Administração Pública:

"Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência."

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello:

"Dito princípio implica para a Administração o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os eventos e situações que deu por existentes e a providência tomada, (...)"
(Curso de Direito Administrativo. Malheiros Editores. 14ª ed. p. 94)

E ainda:

"Portanto, na atuação vinculada ou na discricionária, o agente da Administração, ao praticar o ato, fica na obrigação de justificar a existência do motivo, sem o quê o ato será inválido ou, pelo menos, invalidável, por ausência da motivação. " (Hely Lopes Meirelles. Direito Administrativo Brasileiro. 31ª Ed. Malheiros. p.153)

Isso não bastasse, em especial, o art. 50 da mesma lei impõe a obrigatoriedade da motivação dos atos administrativos que (I)

neguem, limite, ou afetem direitos e interesses e, naqueles que (V) decidam recursos administrativos:

"Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

[...]

V - decidam recursos administrativos;".

Ressalta-se que a manutenção da desclassificação da Recorrente será mais prejudicial para o próprio órgão licitante do que para a Recorrente, sendo que, conforme dito anteriormente, será necessário elaborar novo processo licitatório, envolvendo gastos desnecessários e ainda correndo o risco de não conseguir contratar empresa fornecedora, levando em conta que a Recorrente foi a ÚNICA licitante nesse processo.

Para Marçal Justen Filho, à Administração não é permitido desperdiçar recursos, uma vez que: *"A Administração e seus agentes não são 'donos' dos recursos públicos"*. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. P. 249, 11.ed. São Paulo: Dialética, 2005)

Juarez Freitas associa a economicidade à otimização da ação estatal e frisa que este princípio está a *"vedar, terminantemente, todo e qualquer desperdício dos recursos públicos ou aquelas escolhas que não possam ser catalogadas como verdadeiramente comprometidas com a busca da otimização ou do melhor"*. O mestre afirma, também, que este princípio merece *"tratamento autônomo e prudente para que seja melhor contemplado, não apenas em sede de controle externo ou interno, mas no âmbito do controle a ser efetuado pelo Poder Judiciário e, ainda, na esfera do controle social"*. (FREITAS,

Juarez. O Controle dos Atos Administrativos e os Princípios Fundamentais. P. 72/75, 3.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004)

Em consonância com Barros, a eficiência “busca a utilização racional dos recursos ou meios, para atingir os objetivos ou metas.

[...] significa a busca de aquisição do bem ou da disponibilidade necessários à Administração da forma mais econômica possível, sem perda da qualidade exigida”. (BARROS, Márcio dos Santos. 502 comentários sobre licitações e contratos administrativos. São Paulo: NDJ, 2005. p. 17-18).

A Constituição da República Federativa do Brasil, de maneira direta, ressalta nitidamente o intento do legislador no controle dos gastos públicos e na obtenção de economia, devendo, para tanto, o ente público se ater ao princípio da economicidade.

Nos artigos abaixo, também se percebe a busca da eficiência na gestão dos recursos orçamentário-financeiros, *in verbis*:

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a

União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

[...]

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.”

Na Lei nº 8.443/92, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), nota-se visivelmente que dentre as várias atribuições destinadas ao Órgão de Controle Externo está a incumbência de verificar a eficiência e a economicidade na aplicação e na gestão orçamentário-financeira dos recursos públicos. Tal assertiva é comprovada contemplando os artigos abaixo:

“Art. 38. Compete, ainda, ao Tribunal:

[...]

IV - auditar, por solicitação da comissão a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, ou comissão técnica de qualquer das Casas do Congresso Nacional, projetos e programas autorizados na lei orçamentária anual, avaliando os seus resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade.”

“Art. 49. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de:

[...]

II- comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.”

Para Marçal Justen Filho "a economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos. (...) envolve o enfoque custo-benefício."

Já para Bugarin, a economicidade é a "obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e ou patrimoniais em um dado cenário econômico."

Neste sentido, economizar nas compras públicas consiste em reduzir ao mínimo possível o custo dos recursos utilizados para desempenhar uma atividade a um nível de qualidade apropriado sem, contudo, restringir a liberdade empresarial da empresa que participa do certame, para que possa mensurar seus custos e pontos de lucro.

Insta aclarar que com a diminuição dos preços que estavam acima do referencial do Edital na proposta da Recorrente, seria mais do que necessário ajustar os demais valores, caso contrário, a Recorrente teria que fornecer os equipamentos e serviços praticamente sem nenhuma margem de lucro, já que apresentou sua proposta focada no preço global mínimo que poderia entregar.

De todo modo, ainda geraria uma economia de quase quatro milhões de reais para a Recorrida, se comparado o seu preço com o valor global máximo estipulado.

Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada e nem compelir a Recorrente a receber do ente público exatamente aquilo que lhe custará para executar a prestação, inclusive porque o sistema jurídico tutela e protege o direito ao lucro.

Levando em conta que o valor dos preços unitários e da proposta global estavam dentro dos valores estipulados e abaixo do orçamento do órgão municipal, não pode o Recorrido considerar mais importante e impactante sobre a administração um custo isolado do contrato do que o valor do contrato como um todo propriamente dito o que, obviamente é um contrassenso.

Até porque, de toda forma, quando a licitação se dá pelo preço global, os preços unitários devem ser utilizados apenas como indicadores da exequibilidade da proposta apresentada, servindo para apontar se algum dos itens da planilha foi relegado ou ignorado.

Assim, a exigência de planilha com a definição dos preços unitários não teria o condão de condenar à desclassificação da proposta que, tendo o preço global dentro da estimativa do mercado, possua algum de seus itens internos em valor acima da média de mercado, uma vez que esta definição interna de custos dentro da planilha integraria a liberdade de gestão econômica do preço por parte da empresa licitante.

Os preços unitários, então, seriam importantes apenas para identificar as propostas inexecutáveis, aqui consideradas como

aquelas que não contemplassem todos os custos inerentes ao contrato, suprimindo ou minimizando alguns itens constantes da planilha.

Marçal Justen Filho afirma que a questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que o seja – o problema é a impossibilidade de o licitante executar aquilo que ofertou.

Em suas palavras, “...a planilha de preços unitária não se destina a julgar as propostas segundo os preços unitários, mas verificar a sua seriedade e exequibilidade.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12. Ed. São Paulo: Dialética, pp. 125).

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, assim dispõe:

“Há que se nortear pelo entendimento, já comum no Tribunal, de que, estando o preço global no limite aceitável, dado pelo orçamento da licitação, os sobrepreços existentes, devido a falta de critérios de aceitabilidade de preços unitários, apenas causam prejuízo quando se acrescentam quantitativos aos itens de serviço correspondente.”
(TCU. Acórdão nº 1684/2003, rel. Min. Marcos Vilaça)

Vale lembrar que os princípios norteadores da Lei de Licitações devem ser interpretados de forma harmônica, à luz do princípio da razoabilidade visando o atendimento do objetivo da licitação e, conseqüentemente, do interesse público, senão vejamos:

**“REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE
SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE
CONCORRÊNCIA. INABILITAÇÃO DA EMPRESA**

LICITANTE. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS. **OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA COMPETITIVIDADE.** SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM MANTIDA. **Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame.** 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Nilton Luiz Pereira)" (TJ-SC - REEX: 05024502420128240023 Capital 0502450-24.2012.8.24.0023, Relator: Edemar Gruber, Data de Julgamento: 23/06/2016, Quarta Câmara de Direito Público)

"MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. **PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.**

1. **A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.**

2. **O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e**

rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. *Precedentes.*

3. *Segurança concedida.*" (STJ - MS: 5869 DF 1998/0049327-1, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 11/09/2002, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 07.10.2002 p. 163)

Portanto, deverá o Recorrido focar na adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos, prezando pelo interesse público e custo X benefício, considerando ainda, o fato de que os preços unitários devem ser utilizados apenas como indicadores, sendo o valor global da entrega o critério decisivo para a contratação.

Isto posto requer seja este Recurso conhecido e provido, reformando a r. decisão que desclassificou a proposta apresentada pela Recorrente sem justo motivo, ou, caso Vossas Senhorias entendam de forma diversa, determinando-se a reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, garantindo, desta forma, o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

Porto Belo SC, 23 de setembro de 2022.

p.p. LETICIA SIMÕES DE MIRANDA
OAB/SC 18.886
OAB/SP 327.328

p.p THIAGO A. G. DE SOUZA
CPF: 290.978.248-42